



Trabalhos Científicos

Título: Prematuridade No Brasil: Um Estudo Epidemiológico No Período De 2016 A 2020.

Autores: JOSÉ JEFFERSON DA SILVA CAVALCANTI LINS (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), JORDANA GABRIELA ARAÚJO SANTANA (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), MATHEUS DE SOUZA FERREIRA (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), CARLA MARIA MACEDO GOMES (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), MARJORY MAYARA FREIRE ALENCAR (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), PALOMA LUNA MARANHÃO CONRADO (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), POLYANA FELIPE FERREIRA DA COSTA (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), GEORGE ALESSANDRO MARANHÃO CONRADO (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), PAULIANA VALÉRIA MACHADO GALVÃO (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), VALDA LÚCIA MOREIRA LUNA (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)

Resumo: Introdução: O nascimento prematuro é um desafio para a saúde perinatal, sendo o principal fator de risco para a morbimortalidade infantil. Nas últimas décadas, observou-se o aumento na taxa de prematuridade, especialmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Objetivo: Analisar as taxas de prematuridade no Brasil, segundo regiões, no período de 2016 a 2020. Métodos: Trata-se de um estudo quantitativo, observacional e descritivo, com uso de dados secundários acerca dos nascimentos prematuros a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do Ministério da Saúde brasileiro. Resultados: No período avaliado, foram registrados 1.584.046 nascidos vivos pré-termos, com taxa de prematuridade estimada em 11,1%. Constatou-se maior prevalência de recém-nascidos prematuros entre mães com idade na faixa etária de 20 a 35 anos (67,7%), pardas (56,6%), solteiras (45,3%) e com mais de oito anos de estudo (79,3%). Entre as regiões do país, a região Norte apresentou a maior taxa (11,7%) e a Centro-oeste, a menor (10,9%). De todo o país, os estados com maior taxa foram Acre (14,0%), Amapá (13,7%) e Roraima (13,5%), todos da região norte. Em relação aos estados das demais regiões, as maiores taxas de prematuridade foram encontradas no Rio Grande do Norte (12,8%), Rio Grande do Sul (11,9%), Mato Grosso do Sul (11,7%) e São Paulo (11,2%). Conclusão: Todos os estados, exceto Rondônia e Espírito Santo, e as macrorregiões do Brasil apresentaram elevada frequência de nascimentos pré-termo, consolidando a prematuridade como um problema de saúde pública importante e um desafio para a assistência obstétrica e neonatal no Brasil. Devido ao papel significativo da prematuridade na morbimortalidade infantil no país, mudanças no modelo de atenção a essa população e fortalecimento de políticas públicas para a redução da prematuridade tem sido cada vez mais necessário, a fim de identificar as causas e planejar intervenções que diminuam sua ocorrência.